



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Sumidouro

Rua Alfredo Chaves, nº 39, centro, Sumidouro-RJ - Cep.: 28.637-000

Processo nº. 0799/2024.

Pregão Eletrônico nº 015/2024.

Trata-se de solicitação do Departamento de Licitações para avaliação da impugnação ao edital apresentada pela empresa licitante no certame referido acima, a qual foi remetida a esta Procuradoria para fins de emissão de parecer.

Requer, em síntese, que seja excluído o item do edital que exige a “certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório”, e subsidiariamente, seja incluída no edital a possibilidade de participação das empresas que apresentarem plano de recuperação devidamente homologado e que comprove as condições necessárias decorrentes.

A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) é omissa quanto à possibilidade de uma empresa em recuperação judicial participe de licitações.

A jurisprudência, por sua vez, esquadrija critérios, inclusive pelos julgados do Tribunal de Contas da União, que oportunizam uma margem de discricionariedade à Administração Pública, seja quando do momento de divulgação do edital de licitação, seja quando do julgamento das propostas.

Logo, a administração pública possui discricionariedade na condução de processos licitatórios, desde que observados os princípios constitucionais e legais.

Cumprido esclarecer que os tribunais até vêm permitindo a participação de empresas em recuperação judicial em certames licitatórios. No entanto, deixam a cargo da Administração Pública a eventual verificação da real viabilidade econômico-financeira da empresa recuperada licitante, o que muitas vezes gera dificuldade e insegurança não apenas para a própria empresa, mas também para o agente público.



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Sumidouro

Rua Alfredo Chaves, nº 39, centro, Sumidouro-RJ - Cep.: 28.637-000

É importante destacar que a segurança do certame e critérios de interesse público devem ser observados.

Ademais, a AGU emitiu pareceres neste sentido, vejamos alguns trechos:

“2. Atualmente, as minutas de editais elaboradas pela Advocacia-Geral da União preveem, indistintamente, **a impossibilidade de participação de empresas sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.**

3. Em análise ao tema, verifica-se que, **na doutrina, não há consenso sobre a questão**, havendo aqueles que não admitem a participação em licitação de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, a exemplo de Lucas Rocha Furtado[1], Marçal Justen Filho[2] e Jair Eduardo Santana[3]. Para estes autores, a lei traz uma presunção absoluta de inidoneidade para arcar com os encargos financeiros decorrentes da contratação.

4. Outros autores admitem a possibilidade de contratação com empresa concordatária ou em recuperação judicial ou extrajudicial, a exemplo de Carlos Pinto Coelho Motta[4], Leon Frejda Szklarowsky[6] e Carlos Ari Sundfeld[7].”¹

¹ PARECER n. 00002/2016/CPLC/CGU/AGU (NUP: 00688.000183/2015-76)



Estado do Rio de Janeiro

Prefeitura Municipal de Sumidouro

Rua Alfredo Chaves, nº 39, centro, Sumidouro-RJ - Cep.: 28.637-000

E ainda:²



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA
CÂMARA PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CONCLUSÃO DEPCONSU/PGF/AGU N 94/2015

- I. SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM LICITAÇÕES, DEVE SER FEITA A DEVIDA DISTINÇÃO ENTRE A SITUAÇÃO DA EMPRESA QUE ESTÁ AINDA POSTULANDO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL (ART. 52, DA LEI 11.101, DE 2005), DAQUELA QUE JÁ ESTÁ COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO APROVADO E HOMOLOGADO JUDICIALMENTE, COM A RECUPERAÇÃO JÁ DEFERIDA (ART. 58, DA LEI 11.101, DE 2005);
- II. O MERO DESPACHO DE PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, COM BASE NO ART. 52 DA LEI 11.101, DE 2005, NÃO DEMONSTRA QUE A EMPRESA EM RECUPERAÇÃO POSSUA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA;
- III. APENAS COM O ACOLHIMENTO JUDICIAL DO PLANO DE RECUPERAÇÃO, NA FASE DO ART. 58 DA LEI 11.101, DE 2005, É QUE EXISTE A RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM SENTIDO MATERIAL, COM A DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA;
- IV. A CERTIDÃO NEGATIVA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL É EXIGÍVEL POR FORÇA DO ART. 31, II, DA LEI 8.666, DE 1993, PORÉM A CERTIDÃO POSITIVA NÃO IMPLICA A IMEDIATA INABILITAÇÃO, CABENDO AO PREGOEIRO OU À COMISSÃO DE LICITAÇÃO REALIZAR DILIGÊNCIAS PARA AVALIAR A REAL SITUAÇÃO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA;
- V. CASO A CERTIDÃO SEJA POSITIVA DE RECUPERAÇÃO, CABERÁ AO ÓRGÃO PROCESSANTE DA LICITAÇÃO DILIGENCIAR NO SENTIDO DE AFERIR SE A EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JÁ TEVE SEU PLANO DE RECUPERAÇÃO ACOLHIDO JUDICIALMENTE, NA FORMA DO ART. 58 DA LEI 11.101, DE 2005;
- VI. SE A EMPRESA POSTULANTE À RECUPERAÇÃO NÃO OBTVEU O ACOLHIMENTO JUDICIAL DO SEU PLANO, NÃO HÁ DEMONSTRAÇÃO DA SUA VIABILIDADE ECONÔMICA, NÃO DEVENDO SER HABILITADA NO CERTAME LICITATÓRIO;
- VII. A EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL COM PLANO DE RECUPERAÇÃO ACOLHIDO, COMO QUALQUER LICITANTE, DEVE DEMONSTRAR OS DEMAIS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.
- VIII. É APLICÁVEL À EMPRESA EM RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL, COM PLANO DE RECUPERAÇÃO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE, A POSSIBILIDADE DE PARTICIPAR EM LICITAÇÕES PÚBLICAS, NOS MOLDES DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Pelo exposto, conclui-se a impugnação não merece prosperar, tendo em vista estarem ausentes ilegalidades que comprometam a sua validade e a integridade do procedimento, estando o Edital está em consonância com a legislação atual.

Sumidouro, 15 de maio de 2024.

TAYNAN TAYT-SOHN DA CRUZ
Assessora de Procuradoria
Matrícula 23.01.4994

OAB/RJ 198.977

² PARECER Nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU (PROCESSO Nº: 00407.000226/2015-22)